

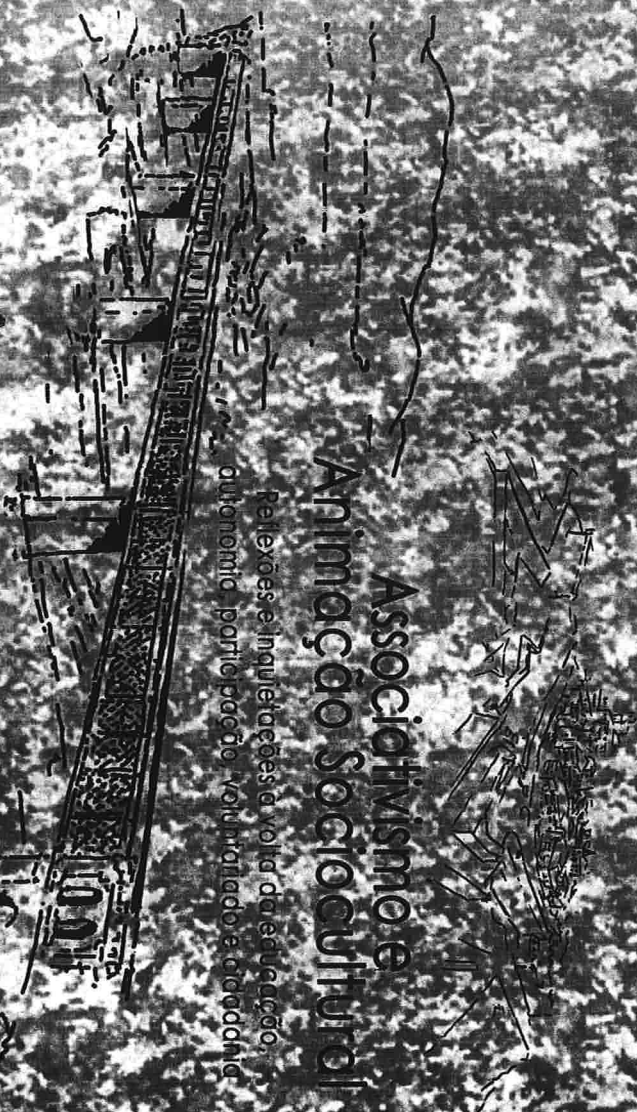


Dorge Ribeiro Areias
José Tantas Lima Pereira
Marcelino de Sousa Lopes
Coordenadores



Assocativismo e Animação do Sociocultural

Relevo e inquietude e a volta da segurança:
autonomia, participação, voluntariado e cidadania



INTERVENÇÃO

Ficha Técnica

Título

Associativismo e Animação Sociocultural: reflexões e inquietações à volta da educação, autonomia, participação, voluntariado e cidadania

Autores

Jorge Ribeiro Areias, José Dantas Lima Pereira, Marcelino de Sousa Lopes (Coordenadores)

Capa

Paulo Duarte
Arranjo Gráfico
Fernando DC Ribeiro

Revisão de Textos

Cristiana Madureira/ Fernanda Maria Barros da Cunha /Francilim Castro e Sousa

Apoio Gráfico

Fernando DC Ribeiro

Composição

Fernando DC Ribeiro

Impressão

Gráfica do Norte

Local e data de Edição

Chaves, abril de 2023

Editor

INTERVENÇÃO - Associação para a promoção e divulgação cultural / Chaves

ISBN

978-989-35023-0-3

Depósito Legal

514721/23

1ª Edição

Abril, 2023

Índice

Prefácio

José Manuel Vaz Carpinteira ----- 1

Introdução

Jorge Ribeiro Areias, José Dantas Lima Pereira e

Marcelino de Sousa Lopes ----- 1

Arbitragem Científica

----- 1

Capítulo I

Associativismo, Cidadania e Participação

Victor J. Ventosa Perez – *Promoción del asociacionismo a través de la Animação Sociocultural: liderazgo social participativo* ----- 1

Mário Viché Gonzalez – *Associativismo digital, participação, cidadania e transformação social* ----- 2

Cristiana Pizarro Madureira – *Laços entre nós: olhares em torno da educação cidadã no sentido do desenvolvimento humano solidário* ----- 3

Filipa Coelho e Paula Alexandra Nascimento – *Animação Sociocultural na (re)construção da participação social, do desenvolvimento e da cidadania* ----- 4

J. Bernardino Lopes – *villageLAB – As aldeias como laboratório vivo para a qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável* ----- 5

Capítulo II

Projetos, Experiências, e Práticas Associativas

Maria Lopes de Azevedo- *Universidade Popular do Porto: associação promotora de cultura com todos e para todos* ----- 6

Maria Manuela Vieira Teixeira Pereira – Os centros sociais e de convívio: o desenvolvimento comunitário social	75
Patrícia Félix e Joana Cruz – Investigação-Ação participativa e o teatro do oprimido: o projeto idade d'ouro ativa(mente)	83
Ana Patrícia Rodrigues Sartori e Deise Rodrigues Sartori – Protagonismo juvenil e prática de mediação de leitura em um projeto de preparação para o mercado de trabalho com jovens de um bairro periférico em São Paulo/Brasil	91

Capítulo III

Associativismo, Autonomia, Voluntariado e Desenvolvimento

Albino Luís Nunes Viveiros – Associativismo, voluntariado e animação sociocultural: os andaimas da cidadania participativas	101
Maria Joana Almeida – Associações de estudantes e educação inclusiva: práticas e percepções	109
Daniela Afonso Mendes – Associativismo como espaço de educação intergeracional	117
Vicenta Gisbert Caudeli – Asociaciones musicales – educación musical por la equidad social	125
Sancha de Campanella – Igualdade de género e participação	131

Capítulo IV

Associativismo, Animação Sociocultural e Intervenção Social, Cultural e Educativa

Marcelino de Sousa Lopes – Associativismo e Animação Sociocultural – espaços de educação, cidadania, autonomia e desenvolvimento	143
Bravo Nico e Lurdes Pratas Nico – Educação, cidadania e associativismo local	153
José Dantas Lima Pereira e Fernanda Cunha – Associativismo, Animação Sociocultural, educação e voluntariado	161
Antônio Leal – O associativismo como estratégia e âmbito de intervenção em animação sociocultural	169

Ana Lopes e Rosa Tracana – Animação territorial, associativismo e desenvolvimento comunitário	17
Luís Carvalho – O associativismo artístico informal como veículo de coesão comunitária e participação atival	18

Capítulo V

Associativismo, Território e Intervenção Comunitária

Alicia González Barreiro – La participación en el asociacionismo de las mujeres rurales gallegas/Análisis de una realidad local	19
Artur Cristóvão e Armando Loureiro – Dinâmicas associativas em territórios rurais: O caso de tondela	20
Jenny Sousa e Ana Fontes – A Animação Sociocultural em contexto associativo: uma análise reflexiva a partir de práticas comunitárias	21
Deise Rodrigues Sartori e Ana Patrícia Rodrigues Sartori – O avanço do nível de participação e associativismo de um grupo de catadores de material reciclável em Deitau de Minas – Minas Gerais Brasília	22
Joaquim Escola – Associativismo, educação, comunidade e espaço público	23
Homenagem a Carlos Manuel Branco Nogueira Fragateiro	23
Carlos Fragateiro – Teatro – A utopia da unidade do conhecimento	24

Curricula	25
------------------	----

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E ASSOCIATIVISMO LOCAL

Bravo Nico / Lurdes Pi

Escola de Ciên

Centro de Investigação em Educação e

Universidade

Resumo

O exercício dos direitos e deveres de cidadania é um empreendimento individual e coletivo que pressupõe um processo de aprendizagem no qual as instituições da sociedade civil são contextos fundamentais nos territórios e nas comunidades. As associações são, assim, verdadeiras escolas fora da escola, quais se edificam percursos de cidadania baseados na participação e na responsabilidade social.

Palavras-chave: Cidadania, Associativismo Local, Educação Comunitária Participação

1. A coordenada vital

Existimos sempre numa determinada circunstância vital: num território e num determinado momento histórico, num certo contexto cultural e num envolvimento característico. Somos sempre em determinadas condições e estas determinam um portante do que somos.

A narrativa vital de cada pessoa, no duplo sentido do passado e do futuro, é uma construção complexa que resulta da forma individual como cada um gere a vida, de fatores intrínsecos e extrínsecos que, em cada momento, se encontram e interagem. Como refere Viche Gonzalez (2022:34):

“não há narrativas individuais propriamente ditas, toda a narrativa é uma construção compartilhada, vivenciada em relação. As narrativas são construções coletivas que são geradas a partir de experiências compartilhadas, da confluência de visões e representações, da tradição sociocultural, das crenças diversas, de interpretações da história, mas também de diálogos e análises críticas capazes de combinar visões e significados para as nossas vidas.”

Na, complexa e sistémica, equação individual que determina, em cada momento, a existência de cada pessoa, coexistem variáveis de distintas dimensões e com diferentes relativos. É da forma como cada indivíduo reconhece, considera e valoriza cada uma das variáveis e as mobiliza para a resolução da sua equação que resultará a sua coordenação. Assim sendo, as condições de exercício e concretização da cidadania decorrem diretamente de como cada pessoa resolve a sua equação individual e, consequentemente, dos conteúdos e das capacidades que, nesse processo, edifica e incorpora no seu portefólio pessoal.

Da moldura pessoal, anteriormente descrita, decorre o facto de a cidadania assumir um papel fundamental na qualidade da cidadania que cada indivíduo protagoniza. Assim é, a qualidade da circunstância vital determinará a qualidade do exercício da ci

De que dependerá, então, a qualidade da circunstância vital:

- i) **das oportunidades disponíveis** em todos os contextos da vida, em particular no que se refere ao acesso aos mais básicos direitos de cidadania: saúde, educação, proteção social, segurança, informação e cultura. O acesso a estes direitos básicos de cidadania é o elemento mais crítico e estruturante para a garantia de uma, justa e igual, circunstância vital para cada indivíduo, que lhe garanta igualdade de oportunidades, em condições de equidade.
- ii) **do potencial de aprendizagem que cada oportunidade proporciona**. Na realidade, a igualdade de oportunidades deverá garantir condições de partida equivalentes para todos, num percurso vital que dependerá dos empenho, trabalho e esforço de cada indivíduo, no processo de aprendizagem que cada oportunidade pressupõe. Uma circunstância com qualidade deverá proporcionar percursos de aprendizagem disponíveis e possíveis de serem concretizados por cada indivíduo.
- iii) **do potencial de desenvolvimento associado aos processos de aprendizagem** que garantem o exercício da cidadania. O exercício dos direitos e deveres de cidadania pressupõe um ato consciente e voluntário que concretize essa finalidade. A cidadania cons-trói-se permanentemente e decorre da ação deliberada do indivíduo.
- iv) **da liberdade que decorre da ação autónoma e deliberada de cada indivíduo**, no âmbito do processo de construção responsável da sua cidadania e do seu exercício de autodeterminação;
- v) **da capacidade endógena de construir o futuro**, reduzindo a imprevisibilidade, o imponderável e a ação de fatores extrínsecos na definição dos episódios vitais mais significativos para a autodeterminação de cada indivíduo.

De acordo com o que foi anteriormente referido, **a participação assume um papel fundamental, intransmissível e não delegável, na construção pessoal e coletiva do exercício da cidadania e na capacidade pessoal de autodeterminação**. Na realidade, a participação é elemento estruturante da cidadania, uma vez que esta só existe, de facto, quando resulta de um processo pessoal, proativo e deliberado de construção dos acessos aos direitos e deveres básicos. De facto, como refere Pérez (2022, p. 27):

Sem cidadãos participativos, a democracia não pode ser plenamente eficaz e reduz-se a um exercício meramente formal da democracia que, na melhor das hipóteses, se resume ao voto acrílico de poucos em poucos anos, passando um cheque em branco aos governantes, durante o seu mandato. Neste sentido, a participação não é apenas um direito, mas também um dever cívico. Como é uma aptidão social e não um dom inato, requer aprendizagem.

2. A construção da cidadania e o papel da aprendizagem

Somos cidadãos porque o exercício dos nossos direitos e deveres de cidadania decorre de um processo deliberado de aprendizagem, durante o qual construímos conhecimentos e competências que nos permitem determinar, de forma autónoma, a nossa vida. Como foi anteriormente referido, este exercício existencial ocorre numa determinada circunstância, cujas características em muito determinam a qualidade da cidadania.

A centralidade da edificação da cidadania encontra-se nos processos de aprendizagem e consequente desenvolvimento humano, que decorrem da construção do acesso e do exercício dos seus direitos e deveres de cidadão. Na realidade, **o exercício da cidadania pressupõe uma ação deliberada do indivíduo com a finalidade de construir uma capacidade pessoal, autónoma e responsável de se autodeterminar** de acordo com os seus princípios e valores fundamentais. Nestas condições, o exercício de cidadania é um verdadeiro processo de aprendizagem permanente. Este é, também, um dos princípios do **conceito de Educação Comunitária** que temos vindo a construir e a desenvolver:

Processo educativo e cultural, territorial, social e politicamente, com dimensão holística, vital e intergeracional e concretizado em contextos de educação, que – valorizando e gerindo, cooperada, participativa e solidariamente, os recursos endógenos da comunidade e considerando os seus saberes e didáticas – contribui para o exercício dos direitos e deveres de cidadania e promove o desenvolvimento. A Educação Comunitária, pela sua natureza, em cada contexto de proximidade e presença nas diversas circunstâncias da vida individual e coletiva, contexto territorial e circunstancial, se constrói e mantém ativos, os acessos entre os cidadãos à cidadania plena, nas diversas dimensões em que esta se concretiza. A Educação Comunitária é, pois, o processo educativo, através do qual aqueles exercem, racional, autónoma e democraticamente, os seus direitos e deveres de cidadania (Nico, 2020, p. 82).

Neste contexto, a educação foi, e será o pilar central do exercício da cidadania. Consequentemente, dos processos de desenvolvimento humano e social. **É através dos processos educativos que construímos a capacidade endógena de sermos aquilo que somos e aspiramos ser**, concretizando esse projeto pessoal de acordo com os nossos princípios e valores e com as nossas balizas morais. E através de processos educativos que somos capazes de desenhar os nossos projetos vitais e, conseqüentemente, de os concretizarmos. Projetos vitais que, frequentemente, implicam mudanças profundas na nossa realidade presente e que, por isso mesmo, nos colocam significativos desafios de desenvolvimento. A cidadania constrói-se em contextos sociais e humanos, numa determinada realidade de tempo e de espaço, em que existem oportunidades para edificar acessos e oportunidades para as suas comunidades e os respetivos direitos e deveres. É através da aprendizagem que cada indivíduo se apropria da capacidade individual de ser livre, autónomo e autogerido. Lima (2022, p.39) realça esta dimensão, quando afirma que:

De acordo com uma conceção antropológica baseada, simultaneamente no “inacabamento” do ser humano e no facto de este nascer “projetado para aprender”, ou seja, de se encontrar biologicamente e socialmente condicionado, mas não determinado, Paulo Freire (1997) concluiu que seres humanos apresentam uma “vocaçao ontológica para ser mais do que são” e que isso está em permanente processo de educação e aprendizagem, para além dos limites institucionais da educação escolar, sendo a

de uma "curiosidade epistemológica" para saber mais, para questionar o mundo e indagar acerca da sociedade em que vivem e da cultura que constroem.

3. O papel das instituições da sociedade civil

Aprendemos em todos os contextos vitais, num processo contínuo e permanente, através do qual nos vamos construindo, enquanto pessoas. Nesta trajetória pessoal e coletiva, vão-se sucedendo experiências de aprendizagem de todas as naturezas e concretizadas em todas as circunstâncias:

Aprendemos na família, na escola, na profissão, na participação cívica e social, na prática desportiva, cultural ou recreativa, nas viagens, nas leituras, nas exposições, nos museus, nos espaços naturais e urbanos, na comunicação social e nas redes digitais. Na realidade, no nosso percurso vital, percorremos espaços e tempos institucionais muito diversos, nos quais ocorrem processos de aprendizagem, mais ou menos estruturados, nos quais construímos conhecimentos e competências que concorrem para a estruturação do nosso processo de desenvolvimento humano. (Nico & Nico, 2022, p.98)

Nesta trajetória pessoal, ganham particular relevância as instituições da sociedade civil existentes nas comunidades, pelas oportunidades de participação que proporcionam aos indivíduos. Na realidade, ao longo da nossa vida, participamos, de forma mais ou menos ativa, em múltiplas instituições das mais variadas áreas de atividade, nas quais concretizamos processos de aprendizagem com que edificamos alguns dos mais seguros acessos aos nossos direitos e deveres de cidadania. Na realidade,

uma associação significa, quase sempre, um projeto em permanente construção. Um projeto caracterizado por uma variável transversal: a participação voluntária de todos os envolvidos, traduzida na disponibilidade de cada um em oferecer os seus tempo e trabalho, de forma livre e solidária, tendo em vista a concretização de objetivos comuns. (Nico & Nico, 2022, p.102)

A participação dos indivíduos no universo de instituições da sociedade civil significa a oportunidade de acesso a um percurso educativo que proporciona o seguinte:

- i) **valores e princípios**, que diferindo de instituição para instituição, assumem, em todos os casos, uma importância determinante na identificação das pessoas com as instituições a que pertencem e com as atividades que estas desenvolvem. A participação voluntária e solidária é, por si só, um elemento estruturante desta construção axiológica proporcionada pela participação associativa;
- ii) **conhecimentos** que serão diferenciados, em função da natureza da instituição e da atividade desenvolvida, bem como do nível de envolvimento institucional e participação de cada um. No entanto, não poderá ocorrer participação sem que exista um portefólio de conhecimentos que permita, a cada um, a capacidade de concretizar a participação;

- iii) **competências diversas**, mas que assumem características transversais:
 - a) sociais e relacionais, uma vez que a essência do trabalho associativo é a construção coletiva de uma determinada finalidade;
 - b) comunicacionais, dado que o instrumento fundamental de construção da dinâmica associativa é o diálogo, a discussão e a construção de compromissos;
 - c) de gestão de recursos (físicos, técnicos e financeiros) e de pessoas, pois as instituições associativas são geridas pelos seus membros próprios e sobrevivem da capacidade endógena de gerar recursos e de os gerirem de forma eficaz;
 - d) identitárias, que decorrem da necessidade de preservar, valorizar e disponibilizar às gerações mais novas, um dos principais patrimónios de cada comunidade: suas associações. (Nico & Nico, 2022, pp. 103-104).

Assim sendo, todas as instituições comunitárias possuem uma evidente dimensão educativa, pois só assim conseguem garantir a transmissão do seu património material e imaterial entre as diversas gerações que, por elas, vão passando. Esta dimensão educativa revela-se complexa, uma vez que ocorre fora dos quadros da educação formal e resulta sempre de uma pedagogia institucional específica que foi sendo construída e sedimentada durante longos períodos.

Neste quadro social, as associações da sociedade civil assumem-se, em muitas circunstâncias, como verdadeiras escolas de cidadania, nas quais os indivíduos, através da respetiva participação, se vão edificando, enquanto cidadãos, naquela comunidade e naquele território.

Esta dimensão educativa das associações, para lá do contributo valioso que proporcionam na construção pessoal e no exercício da cidadania, também concorre, de forma crítica para outras dimensões fundamentais das comunidades:

- i) **a transmissão e preservação do legado patrimonial e cultural da comunidade** processo essencial para preservar a identidade e as tradições, garantindo que as novas gerações têm acesso ao testemunho que as gerações antecedentes transporam até ao presente. O futuro da identidade das comunidades depende desta participação do testemunho identitário;
- ii) **a promoção da intergeracionalidade**, que ocorre, de forma mais fácil e produtiva nos contextos abertos, inclusivos e participativos das associações de natureza comunitária. Na realidade, a generalidade das instituições da sociedade civil acolhem as presenças e participação de várias gerações, que ali interagem e colaboram, de forma estreita e cooperativa;
- iii) **o estabelecimento de compromissos comuns**, que resultam dos processos individuais de participação e das dinâmicas coletivas de negociação, aspeto relevante para a coesão social e para a inclusão de todos os indivíduos;
- iv) **a construção de uma identidade local singular**, que resulta do trabalho solidário realizado entre todas as gerações (as que vivem e interagem, no presente; as que as antecederam, no passado; as que lhes irão suceder, no futuro).

4. Para concluir...

O associativismo de base local continua a ser, em Portugal, uma das mais importantes *escolas fora da escola*. As oportunidades de participação que as associações oferecem, nas comunidades em que se encontram, constituem, no presente, um dos mais importantes espaços de cidadania. Nas áreas social, cultural, desportiva, ambiental, recreativa, cívica, política ou religiosa, as associações assumem-se como pilares das comunidades, em torno dos quais se edifica e valoriza a vida coletiva.

Nestes espaços e tempos de vida coletiva, ocorre uma, ampla e permanente, participação dos indivíduos de todas as gerações e de todos os níveis sociais e culturais. Nestes contextos heterogêneos e representativos do tecido social de cada comunidade, estruturam-se projetos de desenvolvimento pessoal e coletivo, nos quais se traçam objetivos, definem estratégias, mobilizam recursos, gerem pessoas e se constrói o futuro.

Portugal tem uma vasta experiência associativa, de matriz popular, de que é exemplo, a criação da rede de Casas do Povo, na década de 30 do século passado (com uma função educativa e social) e de muitas associações de educação popular antes do 25 de abril de 1974 e de associações de desenvolvimento local, após aquela data.

Em muitas comunidades, muito do que é o presente resulta, também, do trabalho desenvolvido pelas associações da sociedade civil e pela participação das pessoas de gerações anteriores às que, no momento, vivem naquele contexto. Em particular, uma parte fundamental da identidade, do património e da cultura locais estão, hoje, disponíveis, porque, no passado, as associações asseguraram essa transmissão geracional.

Somos muito do que aprendemos nas escolas fora da escola. De facto, como refere Patrício (2004, p.13), **“se tirássemos a cada um de nós o que aprendemos, até hoje, na rua, que ficava? Ficava, ainda muito, mas uma grandeza mutilada”**.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/043/2020.

Referências bibliográficas

- GONZALEZ, M.V. (2022). Contextos da narrativa transmiédia e qualidade da educação não formal. In C. Madureira, J. Escola & M. Lopes (Eds.). *Animação Sociocultural, educação, cidadania, participação, turismo e desenvolvimento comunitário* (pp.33-39). Intervenção-Associação para promoção e divulgação cultural.
- LJMA, L. (2022). Educação de Adultos: quanto mais larga e diversa, mais humana. In A. Loureiro & P. Feliciano (Eds.). *Educação de Adultos, perspectivas e associativismo* (pp. 36-41). APEFA- Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos.
- NICO, B. (2020). *Educação Comunitária: a teoria de uma prática*. De Facto Editores
- NICO, B. & NICO, L. (2022). Educação de adultos e associativismo: um caminho. In A. Loureiro & P. Feliciano (Eds.). *Educação de Adultos, perspectivas e associativismo* (pp. 98-109). APEFA- Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos.

PATRÍCIO, M. (2004). Aprender na Escola do Alentejo. In B. Nico et al (Eds.) *II Encontro de Educação-Aprender no Alentejo* (pp. 13-16). Departamento de Pedagogia e Ed Universidade de Évora.

PÉREZ, V. (2022). Educar para a participação e cidadania através da animação sociocultural Baia, J. Pereira & M. Sousa (Eds.). *Educação, Inclusão e Diversidade* (pp. 27-32). Int Associação para promoção e divulgação cultural.